

# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO II Nº 35 31 de março a 6 de abril de 2004

## Democracia em festa no Parlamento



Velório do estudante Edson Luiz Lima Souto, na Assembléia Legislativa (Aleg), em março de 1968. Morte causou revolta na população

**Q**uarenta anos separam o golpe militar de 1964 da realidade democrática vivida atualmente pelo Brasil. A memória e as histórias, caladas pela repressão, hoje circulam em terreno livre e ajudam a montar o panorama da ditadura, que teve início com a queda do presidente João Goulart. Nesta quarta-feira, 31 de março, o bispo Dom Waldir Calheiros, a atriz Bete Mendes, o jornalista Márcio Moreira Alves, o cartunista Ziraldo, os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP) e Fernando Gabeira (sem partido/RJ) e o arquiteto Oscar Niemeyer participam da sessão solene “Ditadura nunca mais”, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho. Organizada pela deputada Heloneida Studart (PT), o evento faz parte da luta para não deixar a história morrer.

PÁGINAS 4, 5 E 8

*Desenhos abstratos  
ajudam deputado  
a se concentrar*

PÁGINA 2

*CPI avança e conta  
com a ajuda de outros  
órgãos do governo*

PÁGINA 7

*José Talarico e sua  
luta contra a ditadura  
nos anos de chumbo*

PÁGINA 8

# A arte abstrata de calar e ouvir

DEPUTADO PAULO RAMOS TEM NO DESENHO UMA MANEIRA DE SE CONCENTRAR NO QUE OCORRE A SUA VOLTA

FERNANDA PORTO

Entre uma pergunta e outra, um gesto já se tornou comum a todos os que acompanham a CPI da Loterj/Rioprevidência: o deputado Paulo Ramos (PDT) se concentra e parece fazer anotações no momento em que os colegas fazem suas arguições e os depoentes prestam seus esclarecimentos. Na verdade, o que parece ser um relatório sobre o que está sendo dito, são desenhos abstratos aos quais o parlamentar sempre recorre nesses momentos. “É a minha forma de estar atento ao que acontece. Pode parecer que não, mas costumo desenhar nos momentos de introspecção de que preciso para não perder nada do que se passa a minha volta”, explica.

Vindo de uma família em que a sensibilidade artística sempre foi estimulada — o irmão do deputado, Marco Maurício Ramos Barbosa, é artista plástico —, Paulo Ramos tem os desenhos como um hábito da infância, mas diz que a vida no parlamento estadual foi um estímulo extra. “Só nesses cinco anos e pouco aqui na Alerj, eu já tenho um acervo razoável, dava até para expor”, brinca.

Segundo o deputado, os desenhos estão mais ligados a um método de



Mariana Magro

*Enquanto ouve depoimentos na CPI da Loterj/Rioprevidência, Paulo Ramos faz rabiscos*

concentração do que à habilidade artística. “Muito embora eu tenha me aprimorado”, frisa, entre risadas. Para ele, essa foi a forma encontrada para se manter, acima de tudo, em silêncio. “Acontece mais no ambiente de trabalho, onde há maior necessidade de estar ouvindo, atento e calado”, explica. Questionado se isso não poderia ser considerado dispersão pelos colegas, o parlamentar é enfático: “Não me perder nas discussões e depoimentos é a maior prova de que isso não acontece. Nunca perco nada do que é dito enquanto

desenho”, assegura.

Sempre tratando o assunto com muito bom humor, o deputado afirma que, apesar de não terem essa função, os desenhos acabam sendo presenteados entre amigos e colegas. “Tenho dado alguns dos meus desenhos assinados de presente na expectativa de que, na posteridade, eu possa ter o meu trabalho reconhecido. Quem sabe, daqui a alguns anos, quem tiver guardado não se descobre com um Van Gogh nas mãos?”, diverte-se.

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro [dcs@alerj.rj.gov.br](mailto:dcs@alerj.rj.gov.br) Tel: 2588-1404/1383

<b>PRESIDENTE:</b>	Jornalista responsável:
JORGE PICCIANI	Fernanda Pedrosa
1º Vice-presidente:	Coordenadora:
Heloneida Studart	Fernanda Galvão
2º Vice-presidente:	Repórteres:
José Távora	Alfredo Junqueira,
3º Vice-presidente:	Geiza Rocha e Luiz
Pedro Fernandes	Marchesini
4º Vice-presidente:	Estagiários:
Fábio Silva	Andréa Quelhas, Camila
1ª Secretária:	Parada, Fernanda Pizzotti,
Graça Matos	Fernanda Porto, Florence
2ª Secretária:	Jacq, Gabriel Mendes, Melissa
Léo Vivas	Ornelas e Ramien Brum
3ª Secretária:	Fotografia:
Acárisi Ribeiro	Daniela Barcellos, Leandro
4ª Secretária:	Marins e Mariana Magro
Nelson do Posto	Diagramação:
1º Suplente:	Talitha Magalhães
Leandro Sampaio	Coordenação Gráfica:
2º Suplente:	Aranha / Gráfica Alerj
Eliana Ribeiro	Montagem:
3º Suplente:	Bianca Marques e
Nelson Gonçalves	Rodrigo Graciosa
4º Suplente:	Tiragem:
Rogério do Salão	2 mil exemplares

## FRASES DA SEMANA

**“Houve tanta histeria na discussão sobre a paternidade do projeto que achei que fossem pedir exame de DNA.”**

Paulo Pinheiro (PT), durante debate sobre o projeto do Poder Executivo que institui licença-maternidade especial para servidoras estaduais, mães de bebês prematuros.



**“Não podemos dar trégua à discriminação, ao racismo, à intolerância e à xenofobia.”**

Edmilson Valentim (PCdoB), em homenagem ao Dia Internacional de Luta Contra o Racismo.

**“O senhor Luiz Inácio Lula da Silva prometeu 10 milhões de empregos e já desempregou 300 mil. Sua Excelência ainda tem tempo de criar 10,3 milhões de empregos, então, vamos aguardar. Já incidem juros sobre a promessa.”**

Délio Leal (PMDB), em discurso durante a votação do veto total ao projeto que estabelece critérios para realização de concursos públicos.

# Política jovem exige participação

PARLAMENTARES JUVENIS USAM MANDATO PARA CONSCIENTIZAR COLEGAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA

MARIANA MAGRO

Elles são representantes dos jovens na Assembléia, e depois da experiência no Parlamento Juvenil, quando aprenderam a elaborar projetos de leis e atuaram nas comissões da Casa, pretendem seguir o caminho da política. Albert Firmino, de Nova Iguaçu, envolveu-se em causas sociais. Criou a Ong Estudantes em Ação, que realiza debates sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) nas escolas e orienta os estudantes sobre o funcionamento do Poder Legislativo, além de conscientizar os jovens sobre a importância de votar.

Já o estudante Guilherme Lopes, de Nilópolis, está fundando o grêmio de sua



*Sempre que podem, Guilherme e Albert vêm à Alerj para aprender com os parlamentares*

## *Parlamentares lançam jornal para divulgar suas ações*

escola, para criar maior vínculo entre políticos e estudantes. Outro projeto de Guilherme é lançar uma cartilha de conscientização política, para que os jovens possam reivindicar seus direitos e saber seus deveres. “Tenho sempre as leis impressas à mão, como as do passe-livre, meia-entrada, entre outras que nos beneficiam”, diz ele.

Para o ex-presidente da 3ª Mesa

Diretora do Parlamento Juvenil, Volmer do Nascimento, de Natividade, a política continuará presente em sua vida. Ele é diretor cultural do fórum de desenvolvimento local de Natividade e dá aulas de computação no Sindicato dos Servidores Públicos, mas não pretende tentar a reeleição este ano por causa do vestibular. “Acho que o Parlamento Juvenil é um grande ensinamento e por isso todos devem ter uma oportunidade”, afirma ele. Volmer é filiado ao PT, mas como acabou de completar 17 anos não pode se candidatar a vereador. Ele tem planos de disputar as eleições de 2008.

Albert e Guilherme pretendem unir os grêmios das escolas de seus

municípios para que possam passar suas experiências políticas, lutar pelas eleições diretas de diretores e contra a falta de professores, além de continuar ajudando suas comunidades. Segundo eles, esta pode ser a maneira de tentar resolver os problemas locais. Outra iniciativa dos parlamentares é o lançamento de um jornal, com distribuição mensal, voltado para os estudantes. O objetivo é divulgar as leis sancionadas, a atuação dos parlamentares juvenis e os benefícios alcançados após a criação do Parlamento. “Sempre que podemos, retornamos à Alerj para admirar e aprender um pouco mais com os deputados estaduais”, conta Guilherme.

## Projeto começou em 2003 e irá se repetir este ano

O Parlamento Juvenil – projeto do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB) – foi realizado pela primeira vez de 15 a 19 de dezembro de 2003, reunindo jovens dos 92 municípios fluminenses. Nos cinco dias em que estiveram na Assembléia, os parlamentares participaram de articulações políticas, debateram idéias, responderam a críticas da imprensa e aprovaram

projetos de leis que foram encaminhados à governadora e poderão voltar à Alerj como mensagens do Executivo.

A iniciativa foi tão proveitosa que outras assembleias legislativas procuraram a Alerj para desenvolver o projeto nos seus estados. “Este ano daremos continuidade ao projeto do Parlamento Juvenil”, afirma Picciani. Os jovens parlamentares continuam cumprindo

seu mandato, desenvolvendo novos projetos e programando-se para as próximas eleições. O corre-corre das campanhas está recomeçando. Muitos querem manter suas cadeiras no próximo mandato e estão visitando as escolas de seus municípios, explicando o fundamento do Parlamento Juvenil e agradecendo o apoio dos colegas que os elegeram no ano passado.



# 1964: o ano que ainda não

*Quarenta anos depois  
do golpe militar, evento  
lembra anos de chumbo*

GEIZA ROCHA



Na medida em que os depoimentos e histórias do golpe militar de 1964 são revelados, mais essencial torna-se o

mergulho nos anos de chumbo para o entendimento da democracia brasileira hoje. É nesse clima de revisão dos fatos que marcaram a ditadura militar que se estendeu até 1985, que a Alerj realiza, no dia 31 de março, a sessão solene “Ditadura nunca mais”, para marcar a passagem dos 40 anos do golpe. “Este é um ato de louvação da democracia, mas sem esquecer o que já passou”, define a deputada Heloneida Studart (PT), idealizadora do evento.

Para os deputados que viveram a época do golpe militar de 1964, a ameaça das garantias constitucionais e o fim das garantias pessoais silenciaram não só o Legislativo, como todas as formas da representação popular existentes. Na Assembléia Legislativa da Guanabara (Aleg), em outras assembléias do País e na Câmara Federal, deputados tiveram



*Em 1963, a Aleg foi transferida para o Palácio Pedro Ernesto, na Cinelândia. Mesmo desprovido de suas funções legislativas, o Palácio Tiradentes permaneceu como referencial político e foi cenário de significativas manifestações populares, como esta, em 1968*

Fotos Arquivo Nacional / Correio da Manhã



seus mandatos cassados a partir da promulgação, no dia 9 de abril de 1964, do Ato Institucional nº 1 (AI-1), que ampliou o poder do Executivo concedendo-lhe inclusive o direito de cassar mandatos parlamentares e de suspender os direitos políticos dos cidadãos.

Ao todo, mais de 200 pessoas tiveram seus direitos suspensos nos dois dias que se seguiram ao AI-1 no País. Na Aleg, o equilíbrio das forças políticas foi afetado diretamente pelas cassações realizadas pelo “Comando Supremo da Revolução”. A bancada

do PTB perdeu cinco deputados (José Talarico, Ib Teixeira, Saldanha Coelho, Hércules Corrêa e Paulo Alberto) e muitos dos seus suplentes foram impedidos de assumir. Também tiveram seus mandatos cassados os deputados João Massena e Sinval Palmeira, do PST, e Waldemar Viana, do PSP.

“Quando ocorreu o golpe, eu estava no Norte. Consegui voltar de ônibus para o Rio e quando cheguei, a Aleg (que funcionava no Palácio Pedro Ernesto, na Cinelândia) estava vazia. Então fui ao Palácio Guanabara e não

# terminou de ser revisitado

## Núcleo luta contra o esquecimento



Na Alerj, um núcleo trabalha incessantemente contra o esquecimento. Criado em maio de 1997, o Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense é fruto de um convênio entre a Assembléia Legislativa e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. O objetivo do Núcleo é realizar entrevistas, pesquisas e levantamentos históricos e possibilitar o acesso do grande público a este material, por meio de livros ou CD, distribuídos gratuitamente pela Assembléia Legislativa.

O primeiro grande projeto do Núcleo foi a exposição permanente sobre o Palácio Tiradentes. Além disso, o trabalho do Núcleo pode ser conferido nos seis volumes já publicados da coleção *Conversando sobre Política* – que reúne depoimentos de parlamentares e ex-parlamentares, escolhidos por sua atuação nos debates e acontecimentos ligados

à política estadual nos últimos 50 anos –, na série *Perfis Políticos e Biográficos*, que publicou a biografia do ex-governador Chagas Freitas, e em mais outros dez livros. Atualmente, o Núcleo produz mais um volume da série *Conversando sobre Política*, com o deputado Pedro Fernandes, que é o parlamentar com mais mandatos na história do Rio (dez).

Conhecido por sua atuação em Irajá (Zona Norte do Rio), Pedro Fernandes reúne, segundo Carlos Eduardo Sarmiento, um dos coordenadores do Núcleo, a marca da transformação política no Estado do Rio. “O deputado era um político classista, que representava o Instituto de Previdência dos Marítimos, e migrou para o perfil de político que trabalha no atendimento às comunidades. Ele é a síntese desse modelo de atuação regionalizada, que faz do parlamentar hoje o intermediário da relação entre a população e o poder público”, explica Sarmiento.

A data de publicação do sétimo volume da coleção ainda não foi definida, mas alguns trechos da entrevista com o deputado, que falam sobre seu primeiro mandato, iniciado em 1962, estão reproduzidos ao lado.

encontrei mais o presidente”, conta o deputado Pedro Fernandes (PFL), que cumpria o seu primeiro mandato como deputado da Guanabara. O parlamentar não foi cassado, mas chegou a responder a um inquérito policial militar e foi sabatinado pelos militares.

“O golpe de 1964 foi um golpe fatal na democracia. Foi quando os piores homens cassaram, perseguiram e mataram os melhores homens”, resume Heloneida. O evento, que será realizado exatos 40 anos depois do golpe militar, lembrará também

a restrição de liberdade imposta a outros setores da sociedade. Foram convidados o bispo Dom Waldir Calheiros, a atriz Bete Mendes, o jornalista Márcio Moreira Alves, o cartunista Ziraldo, os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP) e Fernando Gabeira (sem partido/RJ) e o arquiteto Oscar Niemeyer, além de organizações de direitos humanos e diretórios estudantis. O objetivo é não deixar a história recente cair no esquecimento. “O povo que esquece seu passado corre o risco de ver a tirania de volta”, alerta Heloneida.

## Pedro Fernandes e o governo militar

Mariana Magro



*“No golpe de 1964 eu era governo. Fui responder a um inquérito que tinha 71 quesitos. Começaram pela Rússia, Tchecoslováquia, Cuba, China, Estados Unidos. Perguntavam o sistema de governo de cada país e eu tinha que opinar. Disse ao general que não podia opinar sobre a Rússia porque só conhecia através da imprensa (...). Ai perguntaram do Brasil. Não podia falar de Getúlio porque era muito jovem, não participava da política. Dutra governou num período de guerra em que não se podia avaliar sua administração. Juscelino, na minha opinião, foi o maior estadista que o País já conheceu. O Jânio Quadros não deu para avaliar porque ficou apenas sete meses no governo – era sem dívida a grande esperança do Brasil. João Goulart era despreparado para a alta investidura. ‘E o governo da Revolução?’; perguntou o general. Eu falei: o governo da Revolução é um pouco complicado, mas vou responder de forma inteligente. Se eu disser que sou favorável à Revolução, vocês não vão acreditar porque eu era favorável à situação deposta. Então, tenho que encontrar uma saída que não me comprometa, pelo menos para poupar o meu mandato. Este é um governo de expectativa, pode ser bom, pode ser ruim. Só mais tarde se poderá fazer um julgamento melhor.”*

*(Depoimento ainda não-editado do deputado ao Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense.)*

## EM DEBATE: ÉTICA NA POLÍTICA

## CAETANO AMADO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PL

**Exigência da sociedade**

Daniela Barcellos

O grande desafio do Legislativo neste início do século XXI é precisamente encarar a questão ética como prioridade, consagrando a transparência e superando os abusos em potencial.

Há, sem sombra de dúvida, uma estreita ligação entre a avaliação que o cidadão faz do Parlamento e o desempenho ético dos parlamentares. Hoje a sociedade cobra transparência nas atividades de suas instituições públicas.

O povo exige coerência nas ações dos representantes e punição para possíveis abusos de suas prerrogativas. É sabido que o Parlamento, contudo, não é formado por seres perfeitos, ou seja, é constituído por seres humanos. Portanto, a instituição é passível de falhas, defeitos e limitações, muito comuns à própria sociedade.

Podemos definir o Parlamento como um espelho que reflete a imagem real da sociedade que representa. O próprio conceito de democracia representativa encerra uma forte e salutar conotação ética. Na medida em que cidadãos comuns elegem representantes e lhes atribuem poderes amplos para deliberarem sobre assuntos que afetam o bem-estar de todos, tal representação requer uma responsabilidade singular.

O representante deve, para tornar efetivo seu mandato,

***“O representante deve privilegiar em suas ações a busca pelo bem comum”***

privilegiar, em suas decisões e ações, a busca pelo bem comum, evitando o interesse privado e a exploração do cargo para usufruir de privilégios.

O art. 5º da Constituição

Federal de 1988, dispõe: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

No meu ponto de vista, em minha compreensão, esse é o pressuposto da democracia representativa e da ação política ética.

Tenho convicção de que só a ética na política permitirá a sociedade olhar com respeito para o Parlamento e assim formar seu conceito.



## JOSÉ TÁVORA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

**Necessidade urgente**

Daniela Barcellos

O Brasil está submetido a uma crescente quebra dos rigores da ética, com seu equilíbrio social seriamente ameaçado, próximo da vulnerabilidade e da frustração, sobretudo quando se constata que a corrupção não está circunscrita apenas ao exercício do poder, invadindo outros segmentos. Tudo isso em meio a uma enorme confusão de conceitos, em que muitas pessoas não sabem mais distinguir o que é certo e o que é errado, o que é moral ou imoral, o que é legal ou ilegal, e até mesmo o que é profano e o que é religioso.

A lei do menor esforço e as versões gratuitas, sem causa e sem condicionantes históricas, vêm se tomando uma prática coletiva, com muitos críticos de ocasião e outros tipos de agentes que procuram se eximir de qualquer responsabilidade pelo que de incorreto acontece no mundo. Está ficando cada vez mais fácil santificar o cidadão comum para colocar toda a culpa pelo triste espetáculo moral da nossa sociedade nos governantes, nos políticos, enfim no próprio sistema.

A democracia brasileira só será consolidada plena e verdadeiramente se através de procedimentos políticos transparentes, participativos e, principalmente, éticos. Nosso País sofreu, nos últimos anos, profundas mudanças políticas, estruturais e socioeconômicas, as quais ocorreram não apenas nas instituições, senão também, e por consequência,

***“Nosso País sofreu, nos últimos anos, profundas mudanças políticas”***

no cotidiano de nossos compatriotas. O código social do “sabe com quem está falando?” está sendo pouco a pouco confrontado com uma consciência crítica de direitos e de cidadania, daí

emergindo o código social do “quem você pensa que é?”.

Não perdendo de vista que os piores políticos são os que mais criticam a política, devemos estar conscientes de que onde houver corrupção, tráfico de influência, desmandos administrativos, má-gestão da coisa pública, tudo há que ser apurado, doa a quem doer, punindo-se os responsáveis na forma da lei, evidentemente se com provas concretas e não evidências subjetivas, jamais por interesses inconfessáveis. Se agirmos assim a população voltará a ter fê nas instituições democráticas e, por via de consequência, na classe política.





# União de forças em torno da CPI

DEPUTADOS BUSCAM APOIO DE ÓRGÃOS E APROFUNDAM INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CASOS LOTERJ E RIOPREVIDÊNCIA

Daniela Barcellos



Na visita ao TCE, o presidente da CPI, Alessandro Calazans (à dir.) conversa com Sergio Quintella (à esq) e José Gomes Graciosa (centro)

GABRIEL MENDES

As investigações da CPI da Loterj/Rioprevidência estão indo além das paredes do Palácio Tiradentes. Para apurar com rapidez e precisão as denúncias de corrupção nas duas autarquias estaduais, a CPI foi buscar apoio das outras entidades que também investigam os casos. “Já temos cópias dos inquéritos do Ministério Público Federal e do Estadual e fizemos contato com a Polícia Federal e a Civil. Além disso, recebemos os relatórios do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria Geral do Estado. A troca de informações é fundamental”, explica o presidente da CPI, deputado Alessandro Calazans (PV).

O inquérito do MP estadual revela as irregularidades da gestão de Waldomiro Diniz à frente da Loterj (2001/2002). O relatório da Procuradoria Geral do Estado também concluiu que Waldomiro alterou um edital de licitação para favorecer o Consórcio Combralog, ligado a Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Os depoimentos já prestados à CPI por ex-funcionários da Loterj reforçam a tese. “Ficou claro que o Waldomiro centralizava todas as decisões”, diz Calazans.

Os deputados investigam também denúncias de desvios nas verbas de publicidade da Loterj. O relator da CPI, deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), aponta um aumento de 74% da verba de propaganda em 2002. “Os gastos com publicidade saltaram de R\$ 11,5

milhões, em 2001, para R\$ 19,6 milhões, no ano seguinte”, estranha Luiz Paulo.

Em relação ao Rioprevidência, as investigações também estão adiantadas. Em visita ao TCE, os deputados obtiveram detalhes da auditoria que apontou um rombo de R\$ 31,9 milhões no fundo, causado pelas operações com as distribuidoras de títulos Turfã, CQJR e Quantia. A CPI já ouviu os sócios das empresas e o ex-diretor de investimentos do fundo, Mauro Michelsen. Para o relator da CPI, deputado Paulo Melo (PMDB), já está caracterizada a má-gestão de recursos públicos: “É daí para cima. Essa história de o Ruy Bello (ex-presidente do Rioprevidência) ter operado com seu filho Eric Bello (sócio da Turfã) tem que ser esclarecida.”

## CURTAS

### Vozes do Pensamento

“Atualmente, o que determina as estratégias da economia brasileira é o mercado. E, nesta selva, somos apenas preás indefesos.” Esta foi uma das afirmações do sociólogo Adalberto Cardoso, durante sua palestra na abertura do Ciclo Vozes do Pensamento Político Contemporâneo, realizada no último dia 26. O primeiro encontro do ano, coordenado pelo cientista político Luís Carlos Fridman, abordou o tema “A precarização do trabalho e a vida nua”.

### Homenagem ao PCdoB

No último dia 25, o Plenário Barbosa Lima Sobrinho celebrou os 82 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil. A sessão solene, presidida pelo líder do partido na Casa, deputado Edmilson Valentim, contou com a presença do presidente nacional do PCdoB, Renato Rebelo, do vice, Heraldo de Lima, da deputada federal Jandira Feghali e da presidente regional da legenda, Ana Rocha. “Em 25 de março de 1922, em Niterói, era escrito um capítulo da história do Brasil”, discursou Valentim.

### Estímulo às cooperativas

No último dia 24, foi instalada na Alerj a Frente Parlamentar Cooperativista do Rio de Janeiro (Frecoop-RJ). A Frente, que será presidida pelo deputado Samuel Malafaia (PMDB), tem a participação de mais 19 parlamentares. Segundo Malafaia, hoje o cooperativismo é responsável por 6% do PIB e gera cerca 170 mil empregos no Brasil: “O que pretendemos é criar uma legislação que responda à necessidade das categorias.”

## ENTREVISTA JOSÉ GOMES TALARICO

EX-DEPUTADO ESTADUAL

# 'Nunca deixei de reagir à ditadura'

GEIZA ROCHA



*Além de memória, José Talarico tem a favor de si o fato de ter acompanhado de perto inúmeros acontecimentos*

históricos. Em 1964, ele estava ao lado de João Goulart quando este decidiu rumar para Brasília. Como vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, (Aleg), teve seu mandato cassado e foi preso diversas vezes durante a ditadura. Nesta entrevista, o jornalista de 89 anos, que foi deputado federal em duas legislaturas e deputado estadual em dois mandatos, além de delegado do Brasil em congressos da OIT e da ONU, conta-nos um pouco do que viveu e fala sobre a democracia no Brasil.

## Onde o senhor estava no dia 31 de março de 1964?

Ao lado do presidente João Goulart, no Palácio Guanabara, quando ele resolveu rumar para Brasília na esperança de poder reagir ao golpe. Mas, ao chegar, o comandante da guarnição, o general Fico, sugeriu que ele não permanecesse em Brasília porque lá a conspiração já estava muito adiantada. E aconselhou que ele viajasse para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a fim de reagir ao golpe.

## Como ficou a questão das garantias parlamentares com o golpe militar?

Todos nós fomos cassados. Eu era então líder do PTB, vice-presidente da Aleg e pertencia à Federação Nacional dos Jornalistas, ao Sindicato, era presidente da Associação dos Servidores do Ministério do Trabalho e fui radicalmente afastado destas funções. A partir daí se sucederam as prisões que, no período de 1964 a 1982, foram 28. Ao todo, fiquei cerca de 800 dias na cadeia.



Daniela Barcellos

## O senhor chegou a ser torturado?

Muito. Inclusive no Dops. Numa das ocasiões estouraram a sede da Lan Chile na Avenida Rio Branco. No interrogatório, um dos empregados apontou meu nome, porque sempre visitava a Embaixada do Chile. Foi uma das prisões mais violentas que sofri. Fiquei num estado lastimável e fui levado para o quartel da Polícia Militar, possivelmente porque o Dops queria se livrar mim. Lá, felizmente, fui colocado numa sala gelada e só fui examinado novamente muitas horas depois. Falo felizmente porque o frio acabou estancando a hemorragia que sofria.

## A Aleg protestava contra o golpe?

Não. Todos temiam ser cassados e com isso se acomodaram. Ninguém queria se solidarizar com ninguém. Quem reagiu às minhas prisões e às torturas que sofri foi a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da qual eu era secretário da Comissão de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos. O fato de eles terem ido às autoridades talvez tenha me ajudado.

Sem dúvida nenhuma, se eu não fosse defendido, poderia ter desaparecido, como muitos. Evidentemente a minha timidez e o receio impediram que eu reagisse mais. Mas nunca deixei de reagir, e por isso fui preso tantas vezes.

## Qual a avaliação que o senhor faz da democracia em que vivemos?

Hoje estamos vivendo uma situação excepcional, com liberdades públicas. Não a situação que desejaríamos, mas, sem dúvida, há soberania dos três Poderes e o próprio Executivo não assume as represálias contra o povo. Há contestações, defesa, mas naquele tempo, de 1964 a 1982, qualquer manifestação ou aceno da oposição era radicalmente perseguido.

## Uma pergunta poética: "E agora, José?"

Vou continuar lutando até os últimos dias da minha vida. Estou convencido de que ninguém deve esmorecer o seu ânimo de lutar pelo desenvolvimento e pela grandeza do Brasil. Isto é um dever de todo brasileiro.